

A GESTÃO DOS PARQUES LINEARES DE SÃO PAULO A PARTIR DO SÉCULO XXI

Marina Tavares Zanotti (IC) e Matheus de Vasconcelos Casimiro (Orientador)

Apoio: PIBIC Mackpesquisa

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo identificar e caracterizar os parques lineares implantados na cidade de São Paulo a partir do século XXI. Para tanto, é preciso entender o processo de inserção desses instrumentos de preservação em meio à trama urbana, por meio da análise dos Planos Diretores Estratégicos, identificando os principais critérios que justificaram essa implantação ao longo dos anos. Foi realizado também um mapeamento dos parques quanto à sua distribuição pelas zonas paulistas, compreendendo como sua localização no mapa pode influenciar o cotidiano de todo um entorno. Além disso, foi feito um estudo de todos os lineares em relação à delimitação de sua área de preservação e sua efetiva proteção, evidenciando ainda, além da situação do córrego, a situação da vegetação no local. A pesquisa então se detém na análise das peculiaridades e impactos diretos e indiretos dos parques lineares não só no meio ambiente, mas também na vida social de quem os frequenta. Dessa forma, discutem-se ainda os desafios desde o projeto desses espaços até sua gestão, capazes de impactar no funcionamento e eficácia dessas unidades.

Palavras-chave: Parques Lineares; Córrego; Preservação.

ABSTRACT

The present article aims to identify and characterize the linear parks implemented in the city of São Paulo from the 21st century onwards. To do so, it is necessary to understand the process of inserting these preservation instruments into the urban environment, through the analysis of Strategic Master Plans, identifying the main criteria that justified this implementation over the years. A mapping of the parks was also developed in terms of their distribution throughout the areas of São Paulo, understanding how their location on the map can influence the daily life of an entire area. Furthermore, a study was done of all the linear areas in relation to the delimitation of their preservation area and their effective protection, also highlighting, in addition to the situation of the stream, the state of the vegetation in the place. The research then focuses on analyzing the peculiarities and direct and indirect impacts of linear parks not only on the environment, but also on the social lives of those who frequent them. In this way, the challenges from the design of these spaces to their management, capable of impacting the functioning and effectiveness of these units, are also discussed.

Keywords: Linear Parks; Stream; Preservation.

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem por objeto de estudo a gestão dos parques lineares na cidade de São Paulo a partir do século XXI, compreendendo as limitações e os desafios enfrentados na administração, manutenção e atendimento à legalidade. Essa discussão se deteve na análise dos 23 parques lineares implantados até o ano de 2015 a partir de mapeamentos e diagramas desenvolvidos, que possibilitaram o entendimento de como o uso e a preservação dessas áreas acontecem efetivamente. Dessa forma são estudados ainda os processos decorridos até essa implantação, desde a escolha dos territórios para locação até os confrontos na tomada de decisões quanto ao uso, infraestrutura e equipamentos desses espaços. Para essas análises, também são feitas visitas in loco, estudos a partir de fotos, além da escolha de alguns pesquisadores para embasamento da pesquisa.

A partir deste objeto de estudo, estipulou-se o objetivo específico da pesquisa, que é analisar como essas unidades inicialmente pensadas para a proteção ambiental cumprem esse papel na prática. Dessa maneira, é discutido desde o processo do projeto desses espaços, de modo a entender como a partir desse já há impactos na posterior gestão, prejudicada por uma série de desafios em todas as fases anteriores. Assim, a pesquisa tem como foco evidenciar, além das definições teóricas, a situação dos parques lineares já implantados na prática, e sua relação com o córrego, com a vegetação e com a população que o utiliza.

Compreendendo que a cidade ainda cresce de maneira rápida e não necessariamente consciente quanto ao meio ambiente, a pesquisa mostra a relevância de uma eficiência das unidades de conservação dos parques lineares, que podem além de criar mais espaços públicos abertos à apropriação, proteger áreas já muito degradadas ou recuperar os rios paulistanos. Diante disso, se mostra de interesse popular, mas ainda de interesse governamental, definir mais precisamente o que são esses parques lineares, para que possam ter os devidos investimentos para seu sucesso, mas também, para que possam ser multiplicados pela cidade, estimulando uma consciência ambiental e a própria proteção de áreas próximas às várzeas dos corpos d'água.

Para compreensão de todas essas questões, a pesquisa estrutura-se em dois conjuntos maiores, que se dividem em subconjuntos de acordo com os temas abordados. O primeiro deles, baseia-se na compreensão do processo histórico de sua implantação e provimento, para isso sendo discutida sua localização em meio à cidade, a previsão legal desses instrumentos, as iniciativas da gestão para tal e os desafios até essa fase. No segundo conjunto, a pesquisa foca em analisar criticamente toda essa política de provimento em suas fases de atuação, o planejamento, o projeto e a gestão.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Nesse tópico serão tratados alguns conceitos a partir de diferentes autores, com a finalidade de estruturar a pesquisa decorrente.

2.1 Objeto de estudo: os parques lineares paulistanos

A decorrente pesquisa tem como objetivo principal a análise de parques lineares na cidade de São Paulo, a partir do século XXI. Em 2007, foi implantado o primeiro parque linear de São Paulo, o de Tiquatira, e, a partir disso, foram feitas mais vinte e duas unidades dispersas pela cidade. Para melhor compreensão do desenvolvimento desses parques ao longo da história paulista é preciso entender primeiramente o que é, de fato, um parque linear. Kevin Lynch (1981), urbanista americano, afirma que os parques lineares são espaços apreendidos em movimento, de forma que o espaço público seja ainda usado para o deslocamento entre lugares. O parque linear se mostra então um espaço aberto, de caráter urbanístico, capaz de resgatar um território antes negligenciado socialmente, agora para o convívio dos cidadãos. Por essas características, Mariana Soares, em sua obra *“Parques lineares em São Paulo: uma rede de rios e áreas verdes que conecta lugares e pessoas”* destaca a maneira “despretensiosa” que os parques lineares se inserem em meio à trama urbana, segundo ela, sem limites claramente demarcados, portões de entrada e horários de funcionamento restritos. Por não apresentar parâmetros muito consolidados, esse tipo de parque se mostra implantado nos espaços que lhe “restam” livres nos fundos de vale. Em vista disso, se tornam espaços, de acordo com a autora, *“fluidos como os córregos que margeiam”* (SOARES, 2014, p. 92), sendo capazes de valorizar a integração social e ambiental. Sendo assim, os parques lineares permitem áreas de respiro em meio à cidade, propícias à apropriação popular e uso coletivo dessas áreas verdes livres no dia a dia da localidade de inserção desse espaço.

Para a cidade de São Paulo, esses corredores verdes teriam ainda uma função predominante de preservação, com sua geometria longilínea, sendo associados à rede hídrica de alguma forma. Quanto à seu objetivo, de acordo com o PLANPAVEL¹, os parques surgem como um espaço público que busca proporcionar percepções aos cidadãos, mas além disso, os lineares procuram recuperar os fundos de vale, tratando e protegendo os corpos d'água e, conseqüentemente, estimulando uma consciência ambiental. Quanto à sua definição de acordo com o Plano Diretor Estratégico de 2014, o Artigo 273 define parque linear como intervenção associada ao curso d'água, proteção da APP, ligação entre áreas verdes,

¹ O PLANPAVEL, Plano Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres, constitui um instrumento de planejamento e gestão cujo objetivo primordial é definir uma política de gestão e provisão de áreas verdes e de proteção do patrimônio ambiental do município de São Paulo.

responsável pelo controle de enchentes, por evitar a ocupação nos fundos de vale, ampliar a percepção dos cidadãos sobre o meio físico e promover área verde para lazer, fruição, atividades culturais e conservação ambiental (SÃO PAULO, 2014).

2.2. O processo histórico de criação do instrumento do parque linear

Buscando compreender melhor a necessidade desses parques na cidade contemporânea, entende-se que o processo de ocupação antrópica do território paulistano ocorreu transformando o córrego e suas várzeas ativamente. Geograficamente, a cidade está localizada na bacia do Alto Tietê, e apresenta uma extensa rede de rios e córregos que tem como destino o Rio Tietê, que recebe uma ampla rede de drenagem. Atualmente, segundo Soares (2014, p. 30), os cursos d'água *“evidenciam o imenso conflito decorrente de anos de uma urbanização massiva, extensiva e inadequada do ponto de vista socioambiental”*. É preciso salientar então, que nesse processo, houve uma ação de canalizar em galerias subterrâneas, segregar e apagar da paisagem urbana a maioria dos rios por parte do Poder Público, consentindo espaço para as avenidas. O livro *“São Paulo: a cidade, o habitante, a administração”*, redigido pelo prefeito da cidade em 1979, Olavo Setúbal, expõe as prioridades da Prefeitura na época, nas palavras do próprio: *“Optamos pelas avenidas de fundo de vale, (...) a alternativa mais adequada às características de ocupação do solo no Município”* (1979, p. 28). O relatório defende ainda que ao construir uma avenida ao longo de um córrego, essa é capaz de propiciar a urbanização do vale, integrando-o ao restante da malha urbana. Dessa maneira, os rios têm, em sua maior parte, moradias da população de menor renda ocupando suas várzeas.

Até o início do século XXI, o padrão de tratamento dos córregos e fundos de vale era higienista, de modo que a retificação do córrego e o saneamento de sua várzea eram vistos como ações de desenvolvimento da cidade. Por isso, as intervenções dos cursos d'água acompanharam a demanda por geração de energia, o afastamento de esgotos e o enxugamento das várzeas. A partir do momento que os rios são vistos como empecilho para o crescimento da cidade, aterrar, lotear e vender essas áreas de várzea passa a ser de grande interesse político. Porém, sob a perspectiva mais contemporânea, pelo ponto de vista social, ecossistêmico e de qualidade de vida na cidade, considera-se que há uma perda expressiva. Com essa crescente impermeabilização das margens de cursos d'água e fundos de vale urbanos, agravou-se o quadro de enchentes em São Paulo ao longo dos anos. De forma a intensificar essas consequências, Áreas de Preservação Permanente (APPs), que deveriam ser protegidas, continuaram a ser ocupadas não apenas pela população, mas também pelo sistema viário de forma cada vez mais comum na cidade.



A partir de 1970, são lançados programas nacionais visando melhorias urbanas, mas em São Paulo, essa política resultou no surgimento de “*uma avenida em cada fundo de vale nas áreas de expansão urbana*” (SOARES, 2014, p. 33), não estabelecendo necessária relação com sua função na estruturação da cidade. A partir disso, são promovidas grandes obras sobre as águas paulistas, como mostra o relatório abaixo:

Figuras 01 e 02: Páginas da obra “*São Paulo: a cidade, o habitante, a administração*”.



Fonte: Olavo Setúbal, 1979.

Somente no começo do novo século, surgem novas propostas quanto à intervenção em fundos de vale, alterando o modelo predominante, ainda que de forma modesta. Dessa maneira, inicia-se uma nova forma de compreender as relações entre os rios, suas várzeas e a ocupação sobre essas, incentivando uma nova visão e forma de atuação do Poder Público ao tentar resolver os inúmeros conflitos provindos da forma como essas áreas foram ocupadas ao longo dos anos anteriores. Até poucas décadas, não se tinha como prioridade a preservação da mata ciliar no contexto urbano, o que provou ser extremamente importante, uma vez que colabora para a limpeza dos cursos d'água, além do controle de cheias, clima e temperatura, umidade do ar, melhorando a paisagem urbana e amparando em relação à aspectos culturais e econômicos locais. Ressalta-se ainda sua importância a partir do ponto da bacia hidrográfica, se mostrando um sistema que funciona como “*regulador do fluxo de água, sedimentos e nutrientes entre os terrenos mais altos da bacia hidrográfica e o ecossistema aquático*” (YANG, 2005, p. 9 *apud* MEDEIROS, 2012, p. 69).

2.3. O processo de provimento dos parques lineares paulistanos

Os parques lineares tornam-se importantes para a cidade como uma forma de reconhecer a rede hídrica como um verdadeiro elemento estruturador do desenho urbano. Dessa forma, é introduzida a magnitude de uma convivência mais coesa entre o natural e o construído na cidade, equilibrando as consequências causadas por um processo de urbanização que não privilegiou majoritariamente a preservação das águas. Isso se dá a partir

de um programa de recuperação dessas várzeas e fundos de vale, e os parques lineares atuam como um meio de recuperar essas massas d'água, tornando-se então uma ação de adaptação que busca combater também os efeitos da mudança climática. Tal ação se pauta na implantação de áreas de lazer, saneamento básico e limpeza desses rios. Seu estabelecimento propicia a conservação das Áreas de Proteção Permanente (APPs) que ladeiam os cursos d'água, sendo ainda capaz de reduzir os resultados prejudiciais de enchentes. Essas APPs surgem anteriormente aos parques lineares como uma área *“com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas”* (1965). Voltado para essa proteção, o artigo quarto da Lei Federal nº 6.766, exige *“ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias, será obrigatória a reserva de uma faixa não edificável de 15 (quinze) metros de cada lado, salvo maiores exigências da legislação específica”* (1979). Todavia, apenas a demarcação de uma APP não prevê que o local será seguramente preservado, assim, a implantação de parques lineares representa uma das alternativas viáveis para uma considerável expansão da área verde no contexto da cidade, gerando contribuições para a permeabilidade do solo e proteção dos poucos cursos d'água atualmente ainda não canalizados. Além disso,

“São reconhecidos e difundidos os benefícios de se ter áreas verdes junto à cidade como redução da poluição atmosférica, criação de corredores ecológicos, redução da temperatura e criação de uma imagem agradável, capaz de estimular a população a utilizar o parque para exercícios físicos, reduzindo os riscos de doenças, incorrendo, assim, em menos gastos com tratamentos de saúde. Nos parques lineares, a topografia plana é propícia para construção de ciclovias, estimulando a mobilidade urbana de baixo custo e saudável” (NAGANO, 2018, p. 50).

Assim, sua implantação foi pensada de maneira a retomar a função dos fundos de vale como parte essencial do sistema de drenagem natural, e assim, lhes foi acrescida a função social. Dessa forma, ainda ressalta-se essa importância coletiva desses espaços: *“Com exceção da rua, os parques lineares e as praças são os principais espaços livres de acesso irrestrito em diversas periferias paulistanas, muitas delas carentes de espaços públicos”* (NAGANO, 2018, p. 50). Logo, esses instrumentos de preservação também reduzem áreas de risco para a população que no entorno mora, visto que evitam a construção de habitações irregulares nas áreas de várzea desses rios e córregos. Esses parques se tornam a partir disso mais um equipamento público de lazer para os moradores da região, ampliando a qualidade de vida no local.

Diante disso, é preciso entender a partir de quais critérios esses territórios são escolhidos para local um parque linear, e como isso se dá na previsão legal, e além dela, na prática. Pontuam-se em diante ainda as iniciativas dos principais responsáveis pela gestão municipal na implantação desses instrumentos, retomando alguns dos inúmeros desafios enfrentados desde a fase do planejamento desses espaços até sua atual gestão.

a. A localização dos parques lineares

De acordo com a urbanista Rosélia Ikeda, em 2006, a SVMA/DEPLAN realizou um estudo focado em nortear mais informações sobre a implantação dos parques na cidade de São Paulo. Essa pesquisa elegeu entre os diversos parques propostos no PDE e nos Planos Estratégicos Regionais, um conjunto de parques lineares que apresentassem certa expressão regional, importância ambiental e urbanística, além disso, se caracterizassem como estruturadores da cidade. Dessa maneira, é considerado o Perfil Ambiental por Subprefeitura, no qual são analisados indicadores ambientais como a distribuição da cobertura vegetal, o desmatamento, a temperatura aparente da superfície e a taxa de impermeabilização no terreno. Também são consideradas Áreas Sensíveis para a Proteção e Recuperação Ambiental. Dessa maneira, espera-se que em primeira instância, a população que ocupa essas áreas de risco seja removida, sendo realocada para obras de moradia popular. No Artigo 273 é determinado que a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (LPUOS) ou lei específica, *“após a definição precisa do perímetro do parque linear, deverá enquadrá-lo como ZEPAM”* (SÃO PAULO, 2014, Art. 273, § 1). Com o território desocupado, são tratadas questões naturais, como controle de erosão, descontaminação do corpo hídrico e instalação de coletores de efluentes domiciliares. É preciso compreender ainda que a implantação desses parques lineares é progressiva, para isso, começa-se recuperando um trecho pequeno do córrego, mostrando sua eficiência e reverberação, para que o restante de seu corpo possa ser protegido em fase posterior.

b. Previsão legal dos parques lineares

Todo o estudo acerca da conceituação desses instrumentos de preservação, seus critérios para implantação e suas inúmeras vantagens sociais e ambientais, se dão no campo teórico, no que é esperado desses parques. Por isso, a presente pesquisa analisa exemplos reais, casos que evidenciam como se dá o desenvolvimento desses lineares na prática. Primeiramente, entende-se que parques lineares passaram a ser legalmente formulados e incluídos no planejamento com a publicação do Plano Diretor Estratégico de 2002, na Lei n. 13.430/02, por meio do Artigo 106, que instituiu o Programa de Recuperação Ambiental dos Cursos d'Água e Fundos de Vale. Essa lei caracteriza então os parques lineares como *“intervenções urbanísticas que visam recuperar para os cidadãos a consciência do sítio*

natural em que vivem, ampliando progressivamente as áreas verdes” (SÃO PAULO, 2002, Art. 106). Para tal concretização, o Programa previa ações coordenadas pelo Poder Executivo que visavam “promover transformações urbanísticas e a progressiva valorização e melhoria da qualidade ambiental da cidade” (SÃO PAULO, 2002, Art. 106).

Os objetivos do programa foram percorridos no Artigo 107, abordando a articulação do fundo de vale com o entorno através da remoção de moradias junto ao curso d’água; criar sistema viário a fim de melhorar a mobilidade do local; integrá-lo com equipamentos públicos, esportivos e áreas verdes do entorno; implementar programas de saneamento e recuperação ambiental dos rios; aprimorar o desenho urbano e os programas de educação ambiental. É válido salientar que nessa etapa de planejamento foi prevista a participação da população na elaboração do projeto, além de maneiras de moradores e investidores contribuírem para que os custos de implantação e manutenção fossem reduzidos.

Já o Plano Diretor Estratégico de 2014, prevê mais algumas diretrizes específicas não apenas quanto à definição dos parques lineares, mas também quanto à sua implantação prática, mas que não impactaram diretamente a construção de nenhum parque de fato, pois todos foram inaugurados ou tiveram suas obras iniciadas antes da data de promulgação da lei. Por meio de um anexo no PDE, o “*Quadro 7. Parques Municipais existentes e propostos*” traz em sua listagem o nome, a categoria e o endereço de mais de 160 parques a serem implantados, entre eles, 53 lineares, que não foram em sua maioria contemplados na realidade.

c. As iniciativas da gestão municipal na previsão dos parques lineares

No âmbito municipal, os principais responsáveis pelo projeto, implantação e manutenção dos parques, são as secretarias de Habitação (SEHAB), Esportes (SEME), Meio Ambiente (SVMA) e Prefeituras Regionais (PR). A SEHAB atua no processo de urbanização de favelas e construção de conjuntos habitacionais, quando o projeto se mostra sobreposto à proposta de criação de parque. Assim, em parceria com a SVMA, é elaborado um projeto urbanístico que seja capaz de abranger aspectos sociais e urbanos, e ainda aspectos ambientais dessa área de futura requalificação. Já as PR se fazem responsáveis pela limpeza dos córregos municipais, e, eventualmente, realizam o manejo dos parques lineares por meio de ações pontuais.

O Programa 100 Parques, lançado no fim de 2007 foi uma das ações da SVMA que visava alcançar o número de 100 parques municipais até 2012, expandindo e conservando as áreas verdes como um espaço público de lazer. Como objetivos, o programa apresentava: preservação do patrimônio ambiental da cidade a partir de aquisição de áreas verdes estratégicas; recuperação de terrenos degradados, mas de importância ambiental;

preservação da biodiversidade da fauna e flora; ampliação da conscientização ecológica através dos parques; provimento de áreas de lazer, esportes e cultura em harmonia com a parte ambiental; abrandamento do impacto das mudanças climáticas dentro da cidade (SVMA, 2011). A participação popular também era prevista como parte do programa na implantação e gestão dos parques, através dos Conselhos Gestores. De acordo com Nagano, *“o resultado dessa política de implantação de áreas verdes mostra-se contraditório”* (2018, p. 90), após 10 anos da implantação do programa. Isso se dá porque, ainda que para a população espaços de lazer, esportes e contemplação tenham aumentado, muitos deles foram criados em locais já reconhecidos como áreas públicas ou espaços residuais de loteamento. Dessa maneira, isso não significou um real ganho de áreas verdes e permeáveis, o que pode ser verificado em casos como os Parques Lineares Itaim, Água Vermelha, Ipiranguinha e Aricanduva, por exemplo, que tiveram espaços pré-existentes requalificados e de gestão meramente assumida pela SVMA.

Em 2004, com os Planos Regionais Estratégicos, Matheus Casimiro (2018), em seu mestrado *“A invenção e reinvenção do Parque Público Paulistano: um olhar sobre a produção municipal”* disserta: *“as subprefeituras chegaram a ter indicações em mapas específicos de córregos que seriam requalificados com a implantação de parques lineares, inclusive tendo indicações de anos para as possíveis inaugurações de cada parque”* (p. 368). Entretanto, na prática, todos esses critérios se mostram menos expressivos do que a oportunidade, ou seja, o que fora elaborado em um âmbito de planejamento, não acompanha a realidade de implantação desses lineares. Observa-se então um *“imenso descompasso entre o campo teórico-legal e nas políticas que levaram a sua criação de fato”*, segundo Casimiro (2018, p. 368). Essa diferença entre planejamento e projeto, resulta em consequências que antes mesmo da concreta implantação desses parques, faz com que essas unidades já estejam destinadas à dificuldades de administração e posterior gestão. Posto isso, Casimiro ainda defende: *“Essa etapa, na realidade, é o pré-requisito para o desenvolvimento de qualquer política pública de interesse social e parece ser um ponto salutar na política de preservação dos córregos e várzeas por definir todas as demais ações propositivas”* (2018, p. 368).

d. Os desafios do planejamento à gestão

Alguns anos depois da criação desse programa municipal, concluíram-se apenas 17 parques lineares, uma fração consideravelmente inferior ao previsto por esse Plano Diretor, que previa a criação de mais de 30 desses. Analisando então as unidades de fato implantadas, Solange Sanchez (2012) argumenta que algumas foram feitas de forma parcial, enquanto outras apresentam problemas quanto à conservação, e ainda há aquelas que não foram capazes de integrar políticas sociais complementares. Dessa forma, os parques lineares

podem ser justificados a partir de inúmeras funções não apenas ambientais, mas ainda, sociais. Porém, para a decorrente pesquisa é preciso destacar que seu papel primordial é justamente a recuperação e tratamento dos fundos de vale, e essa função, mostrou-se secundária na produção de diversas dessas unidades. Essa função principal já é capaz de resultar em causas suficientes para que em seu planejamento, houvesse diretrizes específicas para tal finalidade. Entretanto, sob a ótica projetual, não parece haver claras distinções dessas diretrizes quando comparado a um parque urbano, por exemplo, o que o torna mais um espaço comum à cidade, que não necessariamente cumpre seu papel pré-estabelecido, visto que não apresenta enfoque específico que não seria encontrado em um parque de outra tipologia. Nesse sentido, o tópico a seguir analisa a partir dessa incompatibilidade entre o esperado de um parque linear e o que efetivamente foi implantado, como esse descompasso acarreta consequências ao próprio córrego e também à população que convive com esse espaço diariamente.

3. METODOLOGIA

Considerando autores que estudam métodos em pesquisas acadêmicas de prática projetual, esse trabalho se apoia no texto de Biggs e Buchler (2010), que indica quatro critérios comuns à toda pesquisa. Os primeiros deles, são relacionados à perguntas e respostas, conhecimento, métodos e por fim, públicos. Além dos quatro critérios específicos de pesquisas vinculadas à saberes criativos, como o papel do texto e da imagem, o relacionamento entre a forma e o conteúdo, a função da retórica, e a função da experiência. Assim, a pesquisa teve procedimentos comuns à diversas áreas do saber, tais como leituras e sistematização de bibliografias sobre conceitos e delimitações do objeto de estudo. Também a produção de textos junto à sistematização e explicação do produto construído. Mas ainda se desenvolveram ações específicas da análise de projeto, como visitas ao território e produção de fotos da realidade e das dinâmicas do cotidiano. Além disso, a produção de cartografias e diagramas com base nos estudos realizados, junto à criação de imagens ao longo da construção de análises sobre o objeto de estudo.

4. RESULTADO E DISCUSSÃO

Para análise específica em relação a política de provimento dos parques lineares em São Paulo, foram desenvolvidas investigações críticas acerca das unidades já implantadas. Os principais pontos de discussão são dessa forma: o planejamento desses espaços em um contexto urbano, o modo com que se dá o projeto dessas áreas, envolvendo a complexidade da ação pública conjunta para que isso seja possível e como se expressam na gestão as características reais mais notáveis dos lineares.

a. As adversidades no planejamento dos parques lineares

No processo de revisão das leis que dissertam acerca dos parques lineares legalmente, a própria equipe técnica da Secretaria entende que a intervenção proposta por esses parques se mostra de maior conotação urbanística do que ambiental, como observa-se em *“O parque linear não é abordado em um contexto mais amplo, não se adotando, para sua concepção, a bacia hidrográfica (sub-bacias) como território de análise e intervenção.”* (SÃO PAULO, 2007a, p. 3). Além disso, a equipe ainda aponta desafios já na definição de uma única tipologia de parque linear, de modo que não são reconhecidas especificidades existentes entre as áreas incluídas nas duas macrozonas do município de São Paulo, Macrozona de Estruturação e Qualificação Urbana e Macrozona de Proteção Ambiental. Consequentemente, não é suficiente apenas projetar uma praça ou um parque, é preciso compreender a dinâmica do cotidiano do lugar, de modo que os espaços concebidos reflitam as necessidades daqueles usuários. Logo, acredita-se que um bom projeto de espaço público seja mais sobre sua relação e coerência com seu entorno do que sobre uma boa execução técnica apenas.

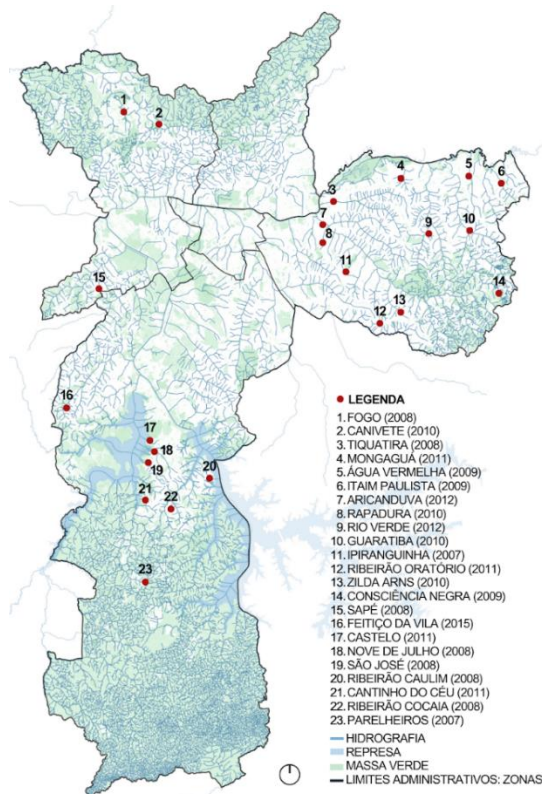
Além da já pré-estabelecida complexidade das questões a serem consideradas no projeto de um parque linear, como saneamento, mobilidade, manutenção, entre outros, a implantação desses, demanda ações de responsabilidade de diferentes órgãos governamentais, como secretarias e departamentos. Assim, é preciso que essas instituições se relacionem para que o projeto ocorra a partir de uma ação conjunta, o que se torna um verdadeiro desafio para o Poder Público, uma vez que atuam a partir de interesses, perspectivas e procedimentos diferentes, o que é capaz de tornar esse processo não apenas mais dispendioso, mas ainda, mais vagaroso. Quanto à gestão, a mesma é diretamente afetada, uma vez que os responsáveis pelo dia a dia do parque, administradores e funcionários, não conhecem nem mesmo os limites desse espaço com clareza, por ser aberto e sem cercamento. Ademais, os parques lineares, majoritariamente, não possuem documentos legais que oficializam suas áreas verdes, ou seja, se encontram em posição de insegurança jurídica no que diz respeito às decisões políticas.

Diante disso, Mariana Soares discute a importância de organizar caracterizações que pudessem esclarecer melhor a figura do parque linear, além de parâmetros que facilitassem sua implantação. Por outro lado, a autora também reconhece que a falta desses critérios específicos ocasiona consequentemente em uma maior flexibilidade quanto à sua implantação. Por isso, Soares vê de forma positiva uma definição mais flexível para que *“a tipologia dessa área verde possa ser multiplicada e pulverizada pelos fundos de vale urbanos”* (2014, p. 104). A atual pesquisa reconhece os benefícios de proliferar áreas de conservação, mas ao mesmo tempo, entende que ainda mais notório que isso, é que esses espaços só possibilitam uma efetiva preservação se possuem investimentos suficientes para isso. No

entanto, criar mais parâmetros precisos para se enquadrar o que é formalmente um parque linear parece essencial para que o Poder Público direcione sua atenção e recursos a este, não sendo mais um espaço desamparado em meio à cidade.

Dessa forma, muitos problemas se dão por uma falha política fundiária de áreas públicas, que embargam a disponibilidade das áreas não apenas mais adequadas, mas ainda, mais necessitadas dessas unidades de conservação. Nem sempre é viável a retirada da população dessas áreas de risco, e ainda, não há como proteger ininterruptamente as áreas de várzea, na realidade constantemente invadidas e ocupadas. Dos parques lineares implantados, poucos passaram pelo processo de remoção das moradias irregulares e trouxeram requalificação urbanística e ambiental para a região, como previsto pelo PDE 2002, a partir de estudos feitos por Nagano. Tudo isso direciona a divisão da ação em fases, que muitas vezes desconectam a aquisição de um terreno à sua função conceitual. Dessa maneira, destacam-se questões quanto à essa localização dos parques lineares em São Paulo, podendo observar no mapa desenvolvido que todos esses encontram-se situados em regiões periféricas quando comparadas ao centro da cidade. Assim, são construídas unidades de conservação em áreas carentes, marcadas por deficiências de diversas ordens, precárias quanto à infraestrutura no geral. São lugares de dificuldade quanto ao acesso aos bens e serviços, à segurança e a um padrão de habitação.

Figura 03: Mapeamento da distribuição dos parques lineares nas zonas da cidade de São Paulo.



Fonte: Própria, 2024.

Como um agravante dessas questões, a implantação do parque e seu projeto, como mencionado, são de responsabilidade de esferas de governos distintos, o que faz com que o tratamento do córrego nem sempre se dê a cargo do projeto desse espaço. Essa partição entre projeto, intervenção e gestão cria vínculos mais estreitos com a recuperação ambiental da permeabilidade da várzea do córrego e do uso da área pública dessas margens do que com melhorias dos cursos hídricos. Buscando exemplificar tal afirmação, observa-se parques lineares já implantados, e encontram-se exemplos sem córrego, com esse elemento poluído além de canalizado, com suas áreas de proteção desrespeitadas, áreas sem infraestrutura apropriada, ou ainda, parques que modificaram todo um entorno, sem intervir no curso d'água em si, que se mostra ainda sem qualquer tratamento.

Figuras 04 e 05: Fotos Parque Linear Tiquatira e Parque Linear Sapé.



Fonte: Própria, 2024.

b. As especificidades do projeto dos parques lineares

Quando comparados a outros tipos de parques, os lineares proporcionam, sem dúvida, acesso mais fácil à população, justamente por sua maior extensão de bordas. Nagano (2018, p. 52) acrescenta ainda às razões de sua propícia acessibilidade

“por estar nos caminhos diários das pessoas, por ter fácil transposição, atender de modo mais democrático e igualitário à população de vários bairros e criar rede invisível de vigilância no parque, aumentando, assim, a percepção de segurança do lugar”.

Também é possível entender como essa geometria do terreno do parque é capaz de induzir o próprio projeto a certas diretrizes, ainda mais que sua definição conceitual. Dessa maneira, na realização de uma pesquisa comparativa entre parques lineares e parques de outras tipologias, Casimiro (2018, p. 370) conclui a partir de levantamentos:

“os parques longilíneos, independentemente de serem urbanos ou lineares, têm posturas projetuais mais semelhantes entre si do que se analisarmos o conjunto de todos os lineares. Assim, distinção teórica, a priori, de um tipo parque que define uma função desagregada do seu

formato teria pouca relevância no instante de desenvolvimento propositivo”.

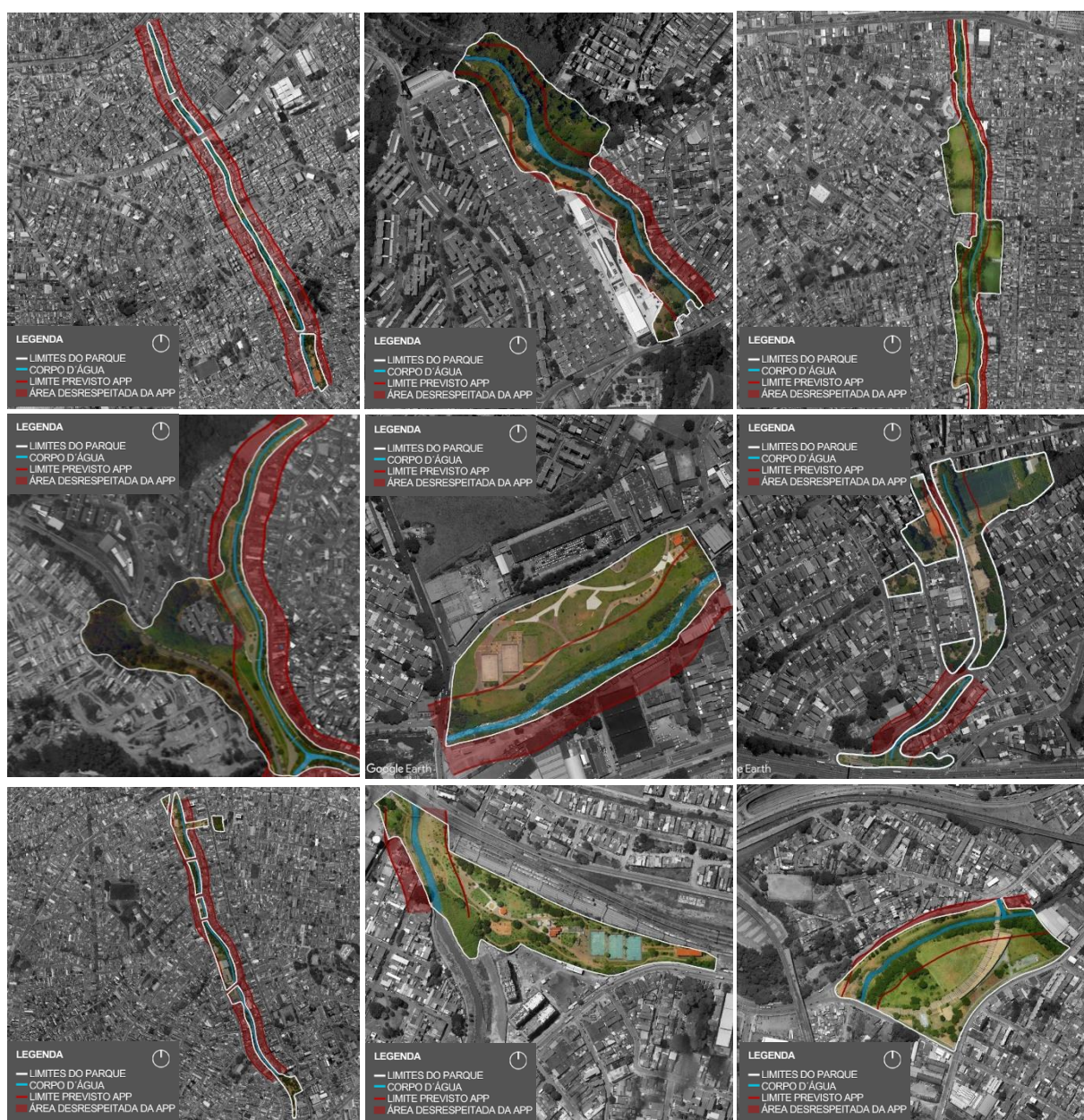
Assim, o formato e desenho dessas áreas e limites se torna capaz de influenciar todo um projeto, e ainda, a sensação humana. Logo, se o parque for demasiadamente estreito, situado nos fundos de lotes e entendido como canal de passagem, ou seja, apenas uma via arborizada, ele consequentemente não funciona como corredor ecológico, além de não incentivar a preservação pela própria população. Mas, ainda é preciso cautela quanto ao contrário, se a largura se mostra desmedidamente grande, a integração entre usuários desse lugar é reduzida.

Quando se trata da real eficiência desses projetos atualmente, um estudo realizado de 2002 a 2012, pelo DEPAVE, Departamento de Parques e Áreas Verdes, em 16 parques lineares implantados em São Paulo, verificou-se, por meio de uma avaliação pós-implantação, algumas transformações nas áreas escolhidas para implantação desses parques. Essa pesquisa comprovou a necessidade de alinhar informações, metodologias e ferramentas de coleta e armazenamento de dados. O próprio conceito de parque linear, mesmo com todos esses já implantados e em funcionamento, mostrou-se incongruente entre todos os atores envolvidos nesse processo, tendo sido modificado de acordo com circunstâncias socioeconômicas, culturais e ambientais, por exemplo.

Quanto à população, é válido explicitar que nenhum dos casos estudados contou de fato com a participação pública na elaboração e desenvolvimento do projeto, tanto nos desenvolvidos pelas subprefeituras, quanto pelas secretarias, não se consolidando um processo de participação ativa. A ausência da democracia nesse processo pode levar à implantação de equipamentos incompatíveis com os perfis dos usuários do entorno, tornando esse parque um espaço não usado com a frequência que poderia ter. Ainda assim, notou-se que a percepção das pessoas que vivem ou trabalham nesses espaços de intervenção foi transformada positivamente quanto ao corpo d'água ou às áreas públicas. Foram realizadas para isso, entrevistas com moradores, gestores dos parques e líderes locais, comparando as condições do local antes e depois da implantação dessa unidade de conservação. Ademais, em muitas situações o parque linear acontece para a população como exclusivo local de lazer e cultura, oferecendo espaço para recreação, esporte ou contemplação que antes não existia por ali. Concluiu-se então que houve de fato uma valorização deste tipo de intervenção urbano-ambiental, apesar de questões de primeira instância não terem sido necessariamente solucionadas. Porém, ações de cuidado com o corpo d'água deveriam estar associadas a recuperação física desse, mas na prática, nenhum dos 16 projetos em estudo havia promovido a desobstrução do córrego, integrando-o à paisagem efetivamente. Isso se deu principalmente

porque novamente, em nenhum dos casos foi realizada uma caracterização ou diagnóstico socioambiental prévio da área de implantação e seu entorno, adotando a sub-bacia hidrográfica como unidade de análise. Por esses motivos, a população beneficiada com a criação do parque reconhece nas entrevistas sua incompletude quanto às questões de ordem social e ambiental não resolvidas. Para tal estudo, foram desenvolvidos diagramas dos 23 parques lineares abordados, e como exemplo, traz-se aqui alguns deles, em diferentes níveis de preservação, ressaltando que de todos esses parques, a minoria respeita integralmente a área delimitada para sua APP.

Figuras 06 a 14: Diagramas Parque Linear Itaim Paulista , Fogo, Água Vermelha, Canivete, Ribeirão Oratório, Sapé, Mongaguá, Guaratiba, Rio Verde.



Fonte: Própria, 2024.

Analisando projetos desenvolvidos de parques, alguns deles, ainda que inseridos como urbanos, foram capazes de atuar recuperando ambientalmente e paisagisticamente fundos de vale em maior intensidade que outros longilíneos, inseridos como lineares. A responsabilidade de proteger áreas de várzea, atribuída aos parques lineares, pode ser mais fielmente notada em alguns casos de parques urbanos inclusive. Todas essas observações criam questionamentos acerca das atuais atribuições que definem a tipologia de um parque e até que ponto essa se faz adequada quando se contempla a realidade dessas unidades de preservação.

c. Os desafios enfrentados pela gestão dos parques lineares

Buscando alcançar coesão com o entorno e enriquecimento da qualidade de vida nas cidades, compreende-se quais aspectos a gestão lida na prática, que se mostram insatisfatórios nos parques lineares já implantados, devido a falhas em fases anteriores a essa. Primeiramente, os programas dentro dos parques lineares muitas vezes sofrem com a interferência política e descontinuidade administrativa, não conseguindo realizar certas atividades, pela incerteza se o programa terá futuro apoio municipal. O responsável por isso, administrador do parque, inicialmente tinha como função representar a SVMA nesses espaços, possibilitando atividades, eventos e uma aproximação com a vizinhança. Porém, na realidade essa função foi reduzida a acompanhar os serviços de manejo e vigilância dos parques apenas.

Dessa forma, Nagano (2018) defende que a gestão dos parques municipais paulistas apresenta dois problemas, o primeiro de ordem estrutural, abrangendo a escassez de recursos materiais, financeiros e ainda mão de obra. Já o segundo, de ordem operacional, acontecendo pela falta de sinergia e comunicação, integração entre secretarias e departamentos envolvidos e a comunidade em geral. Os recursos destinados aos parques diminuem e refletem diretamente na gestão administrada pela SVMA. Essa escassez ocasiona a necessidade de adaptação dos contratos de vigilância e manejo à nova realidade orçamentária, reduzindo as equipes, que já não são mais adequadas às complexas demandas dos parques. Por terem horário irrestrito, os parques lineares ficam dessa forma mais expostos a fatores externos, elevando os custos da vigilância e manejo de suas áreas verdes.

Quanto à questão estrutural principal de um parque linear, a rede hídrica, foi possível entender ao longo da pesquisa que são poucas as unidades que têm de fato seus córregos requalificados, tanto por meio de sua renaturalização do Programa Córrego Limpo, quanto por meio da canalização. Essa situação se torna ainda mais grave em alguns córregos localizados em parques lineares implantados sem quaisquer intervenções na hidrografia, ocasionando problemas de erosão e riscos aos usuários desse espaço. Já em relação a outro primordial

objetivo dos parques lineares, preservar as áreas de proteção ambiental onde ainda há mata ciliar, são poucos que apresentam vegetação significativa, o que se deve ao fato de terem sido implantados em áreas periféricas, como foi anteriormente mencionado, de forma que não haja abundância de espaços livres para tal finalidade. As diminutas áreas que apresentam vegetação significativa são provenientes de lotes desapropriados, que foram associados aos parques e adaptados para isso. Há ainda de se considerar o tempo de existência desses parques, o que faz com que as árvores desses lineares ainda não tenham atingido tamanho suficiente para criar áreas consideráveis de sombra, para o descanso humano, mas também para serem capazes de atenuar o microclima no local. Essa demora no crescimento das espécies é ainda mais dificultada pelo solo inadequado onde foram implantados esses parques, em áreas antes ocupadas por moradias ou outros usos, que ao longo dos anos depositaram nessa terra os mais variados resíduos provindos de construção.

Uma vez que a maioria dos parques teve sua implantação pautada em áreas residuais urbanas, nota-se que muitos deles não possuem espaços livres multiuso, e, quando possuem, esses são ocupados por atividades que restringem o uso desse espaço público para poucos, por segregar ainda mais os usuários. Reforçando o que foi dito por Nagano, *“A presença de uma área livre – de preferência permeável –, sem uso pré-concebido, é importante por ativar usos não programados”* (2018, p. 104). Dessa maneira, acredita-se que um pátio pode vir a ser um espaço para idosos se exercitarem, crianças brincarem, e a comunidade sediar eventos, por exemplo. Essa flexibilidade e fluidez acabam por transformar o ambiente em um atrativo para se frequentar determinado parque linear.

Como descrito anteriormente, a administração do parque tem importante papel na definição de sua qualidade, porém são poucas as unidades que possuem uma sede administrativa ou de apoio em sua extensão. Isso se dá por alguns motivos, porque o parque é pequeno para se construir edificações exclusivas, por restrições do Código Florestal e do CONAMA em ocupar a APP, pela proximidade com outros parques de maior infraestrutura já estabelecida, além de questões de segurança, de modo que essas construções fiquem mais vulneráveis a furtos e vandalismos noturnos. A partir disso também se discutem estratégias de baixa manutenção dos equipamentos desses parques, que por estarem expostos ao contato direto com o público, exigem materiais mais robustos, peças fáceis de serem trocadas, padrões nos componentes e acompanhamento constante de sua situação, solucionando problemas logo em sua fase inicial. Atualmente é possível observar muitas unidades com seus equipamentos já degradados pelo tempo e pela ação humana, sem manutenção.

Os parques lineares ainda sofrem com influências externas, como das calçadas que os cercam. São poucas unidades que de fato apresentam calçadas com a largura de 3 metros

prevista, dificultando não só o passeio, mas também a aproximação ao parque. Dessa forma, a acessibilidade pública fica mais complicada pelas calçadas estreitas, sem rampas e barreiras que impossibilitam uma visibilidade e fácil acesso a esse espaço, além da proximidade com ruas e avenidas constantemente movimentadas, o que torna o espaço ainda menos confortável para acesso.

Figuras 15 e 16: Fotos Parque Linear Tiquatira, Parque Linear Aricanduva.



Fonte: Própria, 2024.

Levando em conta todas as considerações destacadas até o presente ponto, entende-se que, parafraseando Soares (2014, p. 71), há *“uma situação conflitante entre as exigências legais de uso das áreas de APP, as necessidades básicas de funcionamento de um parque público e a realidade urbana das áreas destinadas à implantação dos parques lineares”*. Dessa forma, surge uma reflexão não apenas sobre as possíveis melhorias dos atuais projetos da cidade, mas também sobre como incentivar o Poder Público a priorizar o tratamento dos espaços como obras municipais, expandindo as oportunidades da vida coletiva urbana. É relevante entender como a revisão e aprofundamento dos debates sobre as diretrizes do Plano são capazes de viabilizar projetos que supram de maneira mais adequada demandas urbanas e também ambientais. Assim, é prioritária a preocupação com a qualidade dos projetos e diretrizes que norteiam os parques implantados, acima da quantidade, que por muitas vezes, se fez mais relevante ao longo dos últimos anos nas unidades já implantadas.

Dessa maneira, a decorrente pesquisa busca destacar a magnitude dos parques lineares para a população, mas principalmente para a recuperação do meio ambiente. Assim, os cuidados com essas unidades de preservação devem se manter contínuos desde sua fase de planejamento até sua gestão diária. Com êxito neste tópico, o sentido de preservação pode ser transformado para o da mutualidade, de modo que o homem seja capaz de conviver com a natureza à sua volta de forma equilibrada a partir do próprio contato com essa. Os parques lineares ganham cada vez mais potência à medida que são de fato utilizados, mas para isso, precisam cumprir sua função primeira de recuperar o corpo d'água e preservar suas várzeas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, a pesquisa evidenciou inúmeros dos desafios enfrentados na implantação dos parques lineares em suas diversas fases. Há dificuldades já na caracterização dessa tipologia, de modo que essas unidades de conservação não tenham critérios o suficiente para definirem “áreas verdes associadas à rede hídrica” como parques lineares de fato. Dessa forma, é possível observar imprecisões quanto a esses espaços em relação à sua previsão legal, que mesmo explicitando todas as vantagens dos parques lineares para o meio ambiente e para a população, não prevê que esses sejam colocados em prática de maneira eficiente, com os devidos investimentos.

Mesmo que muitas unidades tenham sido indicadas não só pelo Plano Diretor Estratégico, mas pelo programa 100 Parques e Planos Regionais, a maioria não foi implantada. Além de ter que considerar todas as peculiaridades dos parques lineares, o processo ainda requer a ação conjunta de diversas áreas do Poder Público, o que faz com que a criação dessa unidade de proteção ambiental se torne um procedimento vagaroso e também repleto de adversidades.

Logo, a partir das análises de autores em relação aos lineares e ao próprio PDE que os formaliza, foram abordados os impasses da aquisição dos territórios para locação dessas unidades, que por muitas vezes, acabam se situando nos terrenos que sobram do desordenado processo de urbanização paulista. Assim, esses parques encontram-se localizados em áreas periféricas da cidade, que se mostram carentes de infraestrutura e de difícil acesso a bens e serviços. Isso já se torna o suficiente para influenciar de forma direta seu planejamento e projeto, que não se mostraram necessariamente uma forma de recuperar as áreas de proteção. Posto isso, na prática, os parques são considerados mais um instrumento urbanístico que ambiental. Desse modo, sua função primordial de recuperar o corpo d'água e suas várzeas não é contemplada na maioria dos parques lineares já implantados.

Em suma, os objetivos da pesquisa foram alcançados, uma vez que foi possível identificar que os parques lineares implantados apresentam problemas das mais diversas ordens, que se dividem em suas fases de planejamento e projeto, impactando diretamente sua gestão. Essa, lida com as consequências da desconexão dessa ação em fases, que nem sempre priorizam a proteção e recuperação ambiental. Dessa forma, verifica-se que há unidades que não apresentam vegetação significativa, infraestrutura suficiente ou equipamentos adequados para aqueles usuários específicos. É reafirmada assim, a necessidade de um projeto coeso que considere o entorno local, alcançando uma convivência mútua entre o meio ambiente e as ações antrópicas que nele se dão.

6. REFERÊNCIAS

CASIMIRO, Matheus de Vasconcelos. **A invenção e reinvenção do parque público paulistano : um olhar sobre a produção municipal**. 2018. 379 f. Dissertação (Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo.

IKEDA, Rosélia Mikie. **Parques Lineares na Cidade de São Paulo**. Revista LABVERDE, São Paulo, Brasil, n. 4, p. 256–262, 2012. DOI: [10.11606/issn.2179-2275.v0i4p256-262](https://doi.org/10.11606/issn.2179-2275.v0i4p256-262). Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revistalabverde/article/view/61498>. Acesso em: 20 mar. 2024.

MEDEIROS, Saulo Ferraz Alves. **Reserva legal às margens de curso d'água nas cidades brasileiras: Preservação e proteção de um ecossistema**. Revista LABVERDE, São Paulo, Brasil, n. 4, p. 64–85, 2012. DOI: [10.11606/issn.2179-2275.v0i4p64-85](https://doi.org/10.11606/issn.2179-2275.v0i4p64-85). Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revistalabverde/article/view/61468>. Acesso em: 25 mar. 2024.

NAGANO, Wellington Tohoru. **A experiência paulistana na implantação dos parques lineares. Estudo do Parque Linear Itaim**. 2018. Dissertação (Mestrado em Paisagem e Ambiente) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. doi:10.11606/D.16.2019.tde-17012019-183428. Acesso em: 2024-04-12.

SETÚBAL, O. E. **São Paulo : a cidade, o habitante, a administração : 1975-1979**. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, 1979.

SILVA-SÁNCHEZ, Solange S. (coord.). **Avaliação pós-implantação dos parques lineares no município de São Paulo 2002/2012**. São Paulo: Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente, 2013.

Silva-Sánchez, Solange & Jacobi, Pedro Roberto. (2012). **Políticas de recuperação de rios urbanos na cidade de São Paulo: possibilidades e desafios**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. 14. 119-132. 10.22296/2317-1529.2012v14n2p119.

SOARES, Mariana Corrêa. **Parques lineares em São Paulo: uma rede de rios e áreas verdes que conecta lugares e pessoas**. 2014. Dissertação (Mestrado em Paisagem e Ambiente) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. doi:10.11606/D.16.2014.tde-23062015-162603. Acesso em: 2024-04-12.

Parques Lineares | Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente | Prefeitura da Cidade de São Paulo. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/parques/index.php?p222169 . Acesso em: 27 mar 2024.

Contatos: marinazanotti2@gmail.com e matheus.casimiro@mackenzie.br